

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, reuniram-se de maneira online, os membros da Câmara de Ensino Fundamental/Especial de São José dos Pinhais: Ana Lúcia Rodrigues, Dheborá Cristina da Silva, Domingas de Fátima Cardoso Amaral, José Roberto Eduardo, Luiz Carlos Costa da Silva, Rodrigo Cardoso Gomes, Rosiani Silva Franchetto e a conselheira convidada Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

A Presidente da Câmara Municipal de Educação Infantil, Domingas de Fátima Cardoso Amaral, inicia a 7ª Reunião de Câmara de Ensino Fundamental/Especial de 2023, cumprimentando a todos reforçando que a reunião deverá respeitar o horário de 1 hora, iniciando hoje e dando continuidade posteriormente para assim terminarem o documento o mais breve possível. Solicita então que a Conselheira Rosiani exponha as alterações. A Conselheira Ana Lucia questiona se a Conselheira Rosiani conseguirá prosseguir com a apresentação a qual responde “sim talvez dê uma travadinha no momento do vídeo.” A Conselheira Rosiani continua agradecendo aos membros da Câmara “é minha segunda reunião e é a segunda vez que estou apresentando, cheguei no pique aqui na Câmara, vamos lá, correr atrás do prejuízo.” A Conselheira prossegue explicando que os slides são a síntese da proposta que todos tem em mãos, “nesses slides eu trago além da proposta a parte legal daquele cronograma referente a legislação em tempo integral”. Solicita aos demais que se precisarem questionar algo que o façam por voz, pois sairá da tela do meet para deixar a tela de apresentação maior. Ao abrir a tela a Conselheira diz “gostaria de iniciar trazendo ali o esclarecimento o conceito de Educação Integral e Educação em Tempo Integral”. A conselheira travou ao tentar expor o slide do documento. O Conselheiro Luiz sugere que ela desligue a câmera para auxiliar na apresentação. A Conselheira Ana Lucia diz “ele pesa mesmo está com muito colorido, olha lá ela travou, e isso sobrecarrega também.” O Conselheiro Luiz questiona se a Conselheira Rosiani está na Secretaria, e pergunta se ela quer que ele tente passar a apresentação. A Conselheira Ana Lucia diz “a Néia está aberta ali já coloca.” O Conselheiro Luiz diz que “avisaram que irá acabar a luz na nossa quadra e retornará só depois das 15h.” Os conselheiros aguardam que o problema técnico seja resolvido. Ao retornar a Conselheira Rosiani retoma sua fala apresentando a diferença entre o conceito de Educação Integral e Educação em Tempo Integral “no início até inclusive na época do Plano Nacional de Educação você encontra lá o texto Educação Integral porque por muitos anos o termo educação integral servia para falar do tempo integral também, mas hoje o que nós temos como definição para Educação Integral é aquela educação que visa a formação do ser do sujeito, a formação humana em suas diversas dimensões” e faz a leitura do documento apresentado, e no slide posterior ela explica o que é o termo Educação em Tempo Integral “ quando eu falo da educação em tempo integral estou falando do tempo como estratégia , tempo ampliado como estratégia para auxiliar no processo ensino aprendizagem, então quando eu quero falar de educação com mais das 4 horas diárias ali culturalmente costumeira na nossa cultura, estou falando de tempo integral, estou falando em ampliação de tempo como estratégia para a ampliação do processo ensino aprendizagem, pra busca de qualidade, pra busca do desenvolvimento melhor e assim por diante. Seguindo na apresentação “a proposta que vocês receberam ela trazia além dessa definição e diferenciação entre os termos trazia os marcos legais da educação em tempo integral, e nós começamos falando da Constituição Federal” lendo o Art 206. Refere-se ao vídeo que trouxe para apresentar mas que acredita não conseguir expor pois já havia travado anteriormente, dizendo “ nele tem o vislumbre da caminhada da educação em tempo integral no Brasil”, ele vai nos povos primários do nosso país daí se consolida na parte da Escola Nova passa por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, então toda essa parte histórica que o vídeo trazia encaminho por vocês por e-mail depois que terminarmos a apresentação.” Em seguida a secretária Valdinéia consegue fazer a apresentação do vídeo. A Conselheira Rosiani retoma a apresentação e fala do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente “ele pode ser incluído na nossa gama de estudos como uma estratégia adotada, a educação em tempo integral ela pode ser entendida como uma estratégia adotada para garantir os

direitos fundamentais, é uma possibilidade também, tem alguns documentos que foram escritos e são importantes historicamente pra gente entender todo esse percurso da educação em tempo integral “citando alguns deles, se detendo mais na LDB, fazendo a leitura do artigo 34. “Em 96, há 27 anos já está se pensando nesse aumento progressivo de carga horária.” Segue fazendo a leitura do Parecer 07/2010 do CNE e reforça “o período integral para ser considerado tempo integral a jornada escolar diária deve ser de no mínimo 7 horas ou 35 horas semanais, isso é mínimo, mínimo de 7 horas diárias para ser entendido como tempo integral, porque algumas pessoas pensam ah o apoio escolar, o apoio pedagógico nas escolas podem ser contados como tempo integral porque atende em contra turno, não pode porque é uma vez na semana e há o Parecer 07/2010 que diz que temos que ter no mínimo 7 horas diárias para ser entendido como tempo integral, aí nós tivemos outras coisas além das que citei para vocês como o ensino médio inovador, o programa mais educação que foi um marco na nossa história, não só aqui em São José dos Pinhais, mas no âmbito nacional, houveram outras tentativas como vocês viram no vídeo como Ceará, entre outros locais, e como modelos no Brasil que estão tentando ampliar ali o tempo ampliado, mas eu gostaria de pedir a atenção de vocês aqui no Plano Nacional de Educação assinado lá em 2014 um plano decenal onde na meta 6 do Plano Nacional 2014-2024 é destacada que até 2024 pelo menos metade das escolas públicas de ensino básico ofereça ensino em tempo integral atendendo no mínimo a 25% dos estudantes, essa meta desde que ela saiu já pesava sobre os nossos ombros, como outras metas também do plano ela ficou ali em stand-by, ela ficou ali paradinha, a gente tem bastante ainda pra correr atrás dela.” A Conselheira prossegue fazendo a leitura e apresentação dos slides falando da Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular do Estado, Referencial Curricular de SJP e a Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, “escola em tempo integral, quando eu li o título dessa lei eu pensei vai ser voltada para a escola ser voltada toda a escola reorganizada em tempo integral, que tem o diferencial, tem todo um jeito próprio de organizar mas acaba não sendo, quando você lê a lei quando você assisti as explicações do MEC ela está falando das matrículas em tempo integral, é possível ter escola em tempo integral onde todos da escola estão em tempo integral, é possível ter, mas a lei ela reconhece também as escolas parciais ou mistas, onde eu tenho determinado número de matrículas em tempo integral que é mais ou menos o formato que a gente oferta hoje aqui em São José dos Pinhais.” Retoma a leitura e diz “lembrando que a educação básica compreende dos 4 anos ao ensino médio.” A Conselheira apresenta um estudo realizado no mês de maio a respeito dos números do município, “nesse estudo eu apresento quantas unidades, vamos olhar para 50 % das unidades de educação básica, então quantas unidades nós temos em São José dos Pinhais, temos 44 que ofertam a educação infantil, a partir dos 4 anos ali, 60 unidades que ofertam ensino fundamental anos iniciais contando também a Ilza e o Madre Paulina, porque elas são ensino fundamental, e 30 unidades ensino fundamental anos finais e ensino médio então são 134 unidades, dessas 134 unidades educacionais eu tenho a oferta de tempo integral apenas nas 20 unidades ofertam o Programa Ampliando Saberes no ensino fundamental anos iniciais e também eu tenho tempo integral na Ilza Santos que passou por essa Câmara foi votado pelo Pleno recentemente a oferta de tempo integral também na Ilza isso dá a meta que nós precisamos alcançar, dos 50 % que precisamos alcançar apenas 15% é como São José dos Pinhais se encontra hoje. Olhando só para o fundamental, o que conseguiu alcançar da sua meta, olhando apenas para suas 60 unidades de ensino, fundamental anos iniciais, dá 35%. Apresento para vocês agora os índices com os 25% dos estudantes do município, esse dado peguei em maio, em torno de 10.579 estudantes na educação infantil, 19.516 estudantes no ensino fundamental anos iniciais e 32.068 ensino fundamental anos finais e ensino médio totalizando 62.163 estudantes que hoje no município estão te a possibilidade de estarem em tempo integral, são 1360 vagas ofertadas pelo Programa Ampliando Saberes em 2023 e 11 vagas ofertadas pela escola Ilza que era o número da Ilza que eu tinha em maio, isso dá 2% só da nossa meta de 25%, e fiz o mesmo cálculo olhando só para o Ensino Fundamental anos iniciais totalizando 7% da meta de 25% que precisamos alcançar. Eu

falei do Programa Ampliando Saberes a apresentação da proposta da educação em tempo integral se olhar no nosso Referencial Curricular em nenhum momento eu trago o programa, projetos são muito de gestão né? e a educação em tempo integral é algo maior, uma política maior é algo que pode variar de gestão para gestão, mas hoje o município a secretaria, o departamento de ensino fundamental trabalha em cima do Programa Ampliando Saberes” apresentando assim as unidades que participam e continuam “essas escolas são oriundas ainda do Programa Mais Educação e do Programa Novo mais Educação que se encerrou no município em 2017, desde 2018 a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais mantém a educação em tempo integral do município, acabou o recurso federal, em 2018 São José dos Pinhais não tinha mais a possibilidade de fazer a adesão não estava mais dentro das condicionalidades para fazer a adesão do mais educação e logo em seguida ele acabou foi na época do Temer ali, mas de uma hora pra outra a gente não pôde aderir e a prefeitura de São José dos Pinhais na época continuou bancando os professores, a alimentação dos estudantes e transporte nos casos que necessitam e aluguel nos casos que necessitam a prefeitura tem mantido, nessa época era ofertada essa ampliação de tempo 10 unidades educacionais final de 2018, e hoje nós estamos com o dobre dessas unidades 20 unidades. Eu tenho participado dos ciclos de seminário do MEC e uma fala da Raquel Fransin, que é a Coordenadora do MEC em tempo integral, uma fala muito pequena me marcou muito, e eu gostaria de falar agora para vocês para continuar pensando a educação em tempo integral aí: ela diz que a gente tem duas opções sempre no quesito educação, principalmente educação em tempo integral nós temos duas opções de olhar nossas carências ou olhar nossas potências, e a Raquel Fransin destacou que para a educação em tempo integral avançar ela acredita que devemos olhar as potências, ter tudo lindo, bonito organizado para daí começar nunca nós vamos conseguir isso, claro que nos devemos visar o melhor sempre, mas a educação em tempo integral se (inaudível) nisso para as potências por isso que ela fala no Referencial do Estado, ele destaca isso, na ampliação ou organização de tempos e espaço, porque as vezes tinha um espaço lá que você com certeza você não daria nenhum valor para ele como espaço de tempo integral, mas como ela é numa perspectiva multidimensional, e não naquela perspectiva de sala de aula ou escola formal ela é possível sim disso acontecer em múltiplos tempos e espaço, quero trazer aqui rapidamente o exemplo da Castro Alves que a escola não tem espaços nem pra funcionar o ensino regular necessário, e que é locado um espaço fora da escola distante alguns quilômetros e aí então é fornecido ônibus que faz o transporte dos estudantes até lá, hoje vivemos isso mas já houve tempo que a educação em tempo integral na Castro Alves acontecia numa sala dentro do Parque da Fonte como era uma distancia de duas quadras as crianças iam a pé, dias de chuva foi comprado um número determinado de guarda chuva para que todos tivessem guarda chuvas para ir até o espaço do Parque da Fonte e voltar, então isso é muito presente na educação em tempo integral, esse olhar as potências e tentar adentrar ali e tentar fazer o seu melhor.” A Conselheira prossegue com a leitura da apresentação e fala “toda a proposta de tempo integral do município é fundamentada na multidimensionalidade, isso também está sendo muito falado nos ciclos de seminários, eu sou muito feliz com isso porque esse mapa eu construí em 2019, e hoje 2023 eu vejo doutores, mestres em educação em âmbito nacional falando justamente disso, a proposta da educação do tempo integral ter esse olhar as dimensões da educação integral, é isso eu tenho proposta pra dimensão intelectual, social, física e emocional, então tudo que é proposto pra educação integral hoje no município é fundamentado nas dimensões da formação integral do sujeito. A metodologia que a gente propõe é que ela é diferenciada mesmo das 4 horas do turno então ela é muito pautada na ludicidade, na experimentação ou digamos na experiencição, eu vou estar fazendo vou experimentar, então se eu tenho uma situação problema que eu tenho dificuldades lá na escola eu vou vivenciá-la vou representá-la eu vou brincar de experimentar e sim em algum momento a sistematização porque sozinho o estudante não faz esse link você precisa em algum momento mostrar que aquilo que ele já aprendeu através da brincadeira do jogo ou fazendo na prática aquilo é um saber escolar pode utilizar em favor próprio, eu costumo muito exemplificar o que vivenciei

numa época que a Prefeitura ofertava para as escolas que tinham mais educação o soroban, aquele método japonês lá de cálculo mental e o soroban é dividido em 10 níveis, eu tinha estudantes comigo no mais educação que ele estava no nível 8, 9 do soroban mas que tinha nota vermelha em matemática, quer dizer, ele não sabia fazer o cálculo mental, sabia, ele mostrava isso nas atividades de soroban, mas faltou um link para ajudá-lo a sistematizar aquele conhecimento que ele tinha com o soroban para o saber escolar para a sala de aula, por isso em algum momento na metodologia tem ali o espaço o momentinho para sistematização também. A avaliação disso tudo é feita nesse percurso formativo, dia a dia da escola, e principalmente com o diálogo investigativo, diálogo de quem? Do professor que atende esse estudante no tempo ampliado, o professor que atende esse estudante no tempo regular, a família, o próprio estudante, equipe pedagógica, a tia que serve a comida na hora do almoço, quem recebe esse estudante lá no portão, esse diálogo deve ser constante e aqui eu abro um parênteses, vocês quando o estudante na educação em tempo integral vocês podem perceber muitos destacam que o ideal é que na escola de tempo integral o professor esteja 40 horas, por quê? É para o professor ficar com aquele estudante o dia todo? Não, isso não é saudável, ele precisa passar por mais de um professor ali para ser algo muito plural algo de qualidade, agora esse profissional 40 horas nessa escola ele vai conseguir estabelecer esse diálogo investigativo, hoje nós vivemos com realidade de turno e contra turno e às vezes o professor do turno não encontra o professor do contra turno e o papel do pedagogo fica maior daí que é ele que tem que fazer essa conversa esse elo. Por que todo esse diálogo investigativo? Porque às vezes você vai perceber que no turno esse estudante se comporta de uma maneira e no contra turno ele se comporta de outra, porque a estratégia foi outra e a professora do contra turno percebeu um canal aberto aí de caminho para aprendizagem e esse diálogo vai ajudar a realimentar as estratégias metodológicas e avaliativas para serem aplicadas naquele estudante para que garanta então o direito de aprendizagem daquele estudante. Então esse foi o modelo de avaliação que a gente propõe para educação em tempo integral, esse olhar para o percurso formativo, o diálogo formativo constante e sempre que possível o realinhamento a realimentação o reajuste das estratégias e dos caminhos a serem adotados para os estudantes então.” A Conselheira continua com a leitura da apresentação do documento expondo os critérios para inclusão das vagas de tempo integral, lembrando que hoje não existem escolas de tempo integral com exceção do Ilza, e relata que estão em estudos para 2024 de escola em tempo integral: “apresentei junto com a diretora de departamento para o gabinete e aí o desenho é um pouco diferente do que acabei de mostrar pra vocês, porque a escola de tempo integral eu não tenho turno e contra turno, eu não tenho dois turnos distintos e muitas vezes contraditórios, eu tenho um único turno onde o que é obrigatório, currículo obrigatório não tem exatamente ficar único turno e o outro ser contra turno, ele pode estar distribuído ao longo do dia e aquilo que é currículo complementar ou eletivo entra e perpassa aquilo que é obrigatório. Mas hoje nós vivemos a realidade de matrículas vagas de tempo integral, então as escolas são parciais ou mistas elas não são integrais, o que se propõe hoje: primeira coisa que o estudante esteja matriculado naquela unidade educacional, é importante destacar isso, segundo o estudante que necessite de mais tempo para consolidação da aprendizagem é esse o estudante aquele que a equipe diretiva e pedagógica e docente percebe que falta um pouquinho amais para ele se organizar, que as 4 horas não são suficientes para ele esse é um estudante público-alvo,” continuando com a leitura do documento. A conselheira Rosiani lembra da importância do suporte de pessoal “principalmente para o intervalo do almoço, esse é o grande desafio, estou chorando para todos os cantos nessa secretaria quem pode me ajudar para gente resolver hoje no formato que nós temos o suporte de pessoal para o horário de almoço, os arranjos intersetoriais isso é muito importante, hoje eu consigo fazer parcerias aqui que estão ao meu alcance com o xadrez, a fanfarra, a cultura digital, a educação ambiental que são projetos e programas que estão aqui dentro da secretaria, mas o ideal que esses arranjos fossem intersetoriais que eu conseguisse parceria com a secretaria das cultura, secretaria de esporte e lazer, com a secretaria de agricultura, de meio ambiente, de assistência social, e aí

nos conseguiríamos fazer uma política pública forte e realmente eficaz no município de mais qualidade e a valorização do profissional que atua no tempo integral , não falo propriamente de valorização salarial mas principalmente na valorização em termos da sua função, hoje ainda existe dentro da escola muita discriminação com o profissional que atua no tempo integral , ele é um profissional que participa ativamente na educação e na formação desse sujeito ele tem papel importante nesse sentido da valorização dos profissionais que atuam no tempo integral. É isso, me perdoem achei que ia falar 20/30 minutos e extrapolei o tempo, mas agradeço imensamente a atenção de vocês.” A Presidente Fátima agradece a conselheira e ressalta o quão é maravilhosa a proposta. A Conselheira Ana Lucia ressalta o horário do término da reunião e responde o José que fez uma colocação: “ a gente se organizou e fez aprovação em relação a escola em tempo integral, mas ainda está em organização. O José coloca lá “preciso me ausentar agora mas gostaria de solicitar que ao longo dos estudos seja considerado a questão do transporte escolar para aqueles alunos que já utilizam e para os que frequentam as unidades em meio período, tendo em vista que a alteração pode gerar impacto operacional e financeiro no sistema.” A Conselheira Ana diz “nesse caso ele também entra em estudo só que não tem como não ofertar, na verdade o Governo Federal gostaria que todos os alunos estivessem frequentando a escola em tempo integral que a criança frequentasse 8 horas, o caminho é para isso, assim como já acontece em outros países, vai ter investimento? Vai. O Governo Federal colocou lá investimento, a Nêia está terminando de escanear esse documento que eu participei do lançamento, da sanção da lei na verdade, e agora eles estão fazendo seminários regionais, regional Sul será no dia 25 e 26 de setembro , eu também estarei presente através da Uncme fizeram o convite para que a gente participe desse lançamento e apresentação que eles estão fazendo, está tendo agora na região do norte lá no Pará, e aqui ele também fala nas questões dos recursos, então terão todos os dados a gente vai ter que estudar tudo, alimentação, transporte, a questão dos materiais a serem utilizados , os profissionais, todos os encaminhamentos serão feitos mas não tem como a gente dizer que aqui não vai ter por causa disso ou aqui não vai ser, ou aquela criança não vai, primeiro as crianças em caso de vulnerabilidade essas precisam fazer parte, não tem como dizer que eles não vão, mas claro sim os estudos que estamos fazendo aqui terá toda uma atenção e as crianças em situação de vulnerabilidade, as crianças do bolsa família, entram também as questões étnico raciais aí até o atendimento a essas crianças porque isso entra no VAAR do Fundeb, se não acontecer isso nós não receberemos os recursos necessários, os recursos a mais necessários, receberemos o Fundeb, mas o a mais não receberemos, e isso é muito importante.” O Conselheiro José diz “a minha colocação aí sobre o transporte ao longo dos estudos, obviamente que a ideia é deixar de oferecer o ensino em tempo integral para alguém, até porque é obrigatoriedade já passou a ser obrigatoriedade, agora a ideia na verdade da minha colocação é justamente esse seja feito seja considerado na verdade o transporte nos estudos porque faz 10 anos que estou na secretaria de educação sempre aqui no setor de transporte e nesses 10 anos teve muitos momentos na educação em que foram desenvolvidos alguns programas, algumas situações em que envolvia o transporte escolar e o transporte não foi consultado, não foi perguntado, então gerou certo impacto gerou certos problemas de gerenciamento aqui para nós, por isso que coloquei para considerar o transporte escolar porque um aluno que hoje eu fiz o transporte que vai meio período na escola e passa a frequentar período integral, obviamente que vamos ter uma lotação dos ônibus que tem que ser previsto, um possível aumento no numero de ônibus a serem colocados na operação e a questão financeira obviamente que aí vem a questão do suporte do Governo Federal, estadual, enfim, mas a ideia é justamente essa, que a gente possa ter um planejamento com antecedência para que quando de fato o serviço estiver sendo ofertado nós não tenhamos problemas ocasionados pela falta de planejamento, essa na verdade é a ideia da minha colocação na mensagem.” A Presidente Fátima questiona se mais alguém gostaria de falar e lembra que tem cinco minutos. O Conselheiro Luiz diz “eu só queria dizer assim que tenho uma colocação e uma pergunta Fátima, lembrando que estamos aí com a Presidente Nacional do Fundeb aí na reunião,

esses recursos provavelmente já devem estar previstos nessa questão aí que venha justamente pelo Fundeb né, nós teríamos que verificar quais recursos de fato nós estamos recebendo quais recursos de fato tem ou não direito, e a pergunta é exatamente isso vem por aí mesmo ou não? Porque a Ana já esteve lá participando do lançamento e eu particularmente acredito assim que em todos os tempos é maior inovação na educação esse tempo integral porque realmente ele não é somente um reforço ele é uma forma de dar qualidade para educação como a Rosiani bem colocou ali pelo que eu entendi de toda fala, o vídeo, projeto quando tive acesso também eu li então fica essa pergunta Ana, Fátima e a Marilza que está aí também.” A Conselheira Ana Lucia diz “posso responder até porque eu falei que estava com o caderno aqui a gente vai encaminhar pra vocês acompanharem também, no próprio quando fizeram a apresentação e as colocações está assim: será destinado certa de 2 milhões em assistência financeira para o aumento de matrículas nos anos de 2023 e 2024, e até 2026 serão 4 milhões para os estados e municípios, claro vai receber aqueles que estão fazendo esse atendimento quem fez adesão ao programa, o município de São José já fez essa semana ou semana passada que fez adesão ao programa?” A Conselheira Rosiani fala “fez adesão já e hoje a tarde temos reunião no núcleo para explicar mais detalhes a respeito de toda essa questão aí de verba que o Estado é coparticipante parceiro nesse desenho.” A Conselheira Ana continua “temos regime de colaboração do Educa Juntos e aí é necessário chamar os municípios que fizeram, é quase é que nem o programa de alfabetização então praticamente todos os municípios do Paraná estão fazendo adesão, quando não fazem é muito pouco, menos de dez, mas os recursos previstos são esses Luiz já que você pergunta, só para questão da educação integral, então são esses os investimentos aí previsto para os municípios que fizeram a adesão.” O Conselheiro Luiz questiona “ele vem pela fonte do Fundeb?” A Conselheira Ana diz “isso, e aqui acredito que pelo próprio investimento do Ministério da Educação também não só do Fundeb.” O Conselheiro Luiz diz “bastante investimento, que fique registrado que nunca antes.” A Presidente Fátima passa a fala a convidada Conselheira Marilza, que diz: “a Rosiani falou na questão da redução do integral para as crianças do Infantil, isso foi lá em 2013 com a chegada da obrigatoriedade das crianças de 4 anos quando a pré escola passa a ser obrigatória em todos os municípios, ou quase todos os municípios do país que faz uma redução no atendimento, no caso do município de São José dos Pinhais foi no infantil IV que hoje são as crianças de 3 anos, de 2 para 3 anos completam 3 anos durante o ano, são pequeninhos ainda. Só uma dúvida no atendimento do PAS não sei se a Rosiani sabe só para, dúvida mesmo, hoje o atendimento do quadro seria informado como ampliação de jornada para o MEC ele é considerado atendimento integral, como ele é informado hoje, você sabe Rosiani?” A Conselheira Rosiani responde “eu não sei inclusive eu tenho a mesma dúvida que você porque se ele não é informado entrou lá no Fundeb a gente pode incluir essas matrículas nesse novo programa, hoje a Angela Branco vai junto nessa reunião para esclarecer isso também, realmente não sei.” A Conselheira Marilza fala “é porque até por conta dos recursos né? que se ele não é informado como ampliação de jornada, quando ele é informado como ampliação de jornada conta como duas matrículas como se fosse duas vezes, aí o recurso é do município, até anotei aqui para gente ter tarefa de casa, para gente verificar isso porque de certo modo a gente está perdendo recurso também se não informa como ampliação de jornada, quando a gente fala em educação em tempo integral, remete lá ao mais educação, concordo e gosto muito quando você fala que tem que ter um perfil de professor de educação integral, não é para todos, a pessoa precisa ter consciência, até porque eles são duas pessoas, são uma na sala e outro na ampliação de jornada, poder possibilitar as crianças a outras experiências, principalmente quando a gente fala de crianças em situação de vulnerabilidade e São José com esse salto populacional e os bolsões de pobreza tem aumentado muito, chegada de imigrantes a gente precisa realmente fazer um estudo bem detalhado dessas situações, se não vai dar pra atender a todos a gente precisa pensar em atender em algumas localidades de uma forma mais emergencial.” O Conselheiro Luiz questiona “esse tempo integral seria em todos os contextos tanto para infantil quanto para fundamental certo?” A Conselheira

Marilza diz “é o ideal”. A Conselheira Ana fala “eu vou lá para reunião do Fundeb e vou ver se trago mais desse aqui para vocês, mas a gente está escaneando e vocês vão receber no e-mail, acho que era isso Fátima.” A Presidente Fátima pergunta se tem previsão para a próxima reunião e a Conselheira Ana diz “semana que vem nos temos o evento da UNCME, vamos ver se conseguimos fazer na sexta-feira, mas eu sei que é ruim para você sexta, para você é melhor quarta? A Presidente Fátima responde que estará em evento. A Conselheira Ana diz que verão qual melhor data para a próxima semana, “podemos deixar pré agendado para quarta-feira antes do feriado.” O Conselheiro Luiz disse que não poderá porque irão fazer uma imersão com as escolas particulares no Ipê Amarelo “primeira vivencia prática para as escolas verem qual é a educação que a gente espera.” A Presidente Fátima diz que ficará para o dia 6 então a reunião, agradece a presença de todos e encerra a reunião.

Ata digitada por Vanessa Ribeiro de Andrade Silka será aprovada pelos Conselheiros presentes e assinada pela Presidente da Câmara, Domingas de Fátima Cardoso Amaral e pelo Secretário da Câmara, Rodrigo Cardoso Gomes.

